

**ALPREV- Fundação de Previdência
Complementar do Estado de Alagoas**

CNPJ nº 35.029.962/0001-58

Relatório do auditor independente

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020**

ALPREV- Fundação de Previdência Complementar do Estado de Alagoas

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020**

Conteúdo:

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis;

Balancos patrimoniais;

Demonstrações da mutação do patrimônio social;

Demonstrações do ativo líquido do plano de benefício;

Demonstrações da mutação do ativo líquido do plano de benefício;

Demonstrações consolidadas do plano de gestão administrativa;

Demonstrações das provisões técnicas do plano de benefício; e

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis.



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Conselheiros, Membros da Diretoria Executiva e Participantes da
ALPREV- Fundação de Previdência Complementar do Estado de Alagoas
Maceió - AL

Opinião:

Examinamos as demonstrações contábeis da **ALPREV- Fundação de Previdência Complementar do Estado de Alagoas (“ALPREV”)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações da mutação do patrimônio social, do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das provisões técnicas do plano para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **ALPREV- Fundação de Previdência Complementar do Estado de Alagoas** em 31 de dezembro de 2021, e o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPCC).

Base para opinião:

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a ALPREV, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalvas.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Diretoria da ALPREV é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPCC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações contábeis, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a ALPREV continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a ALPREV ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Governança da ALPREV são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da ALPREV.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da ALPREV. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a ALPREV a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente identificamos durante nossos trabalhos.

Goiânia-GO, de 16 de março de 2022

MOORE VR AUDITORES & CONSULTORES S/S
CRC GO 2158/O-4
CVM 12807

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'RCS', written over a light blue horizontal line.

Rodrigo Costa Silva
Contador CRC GO 016905/O-4
CNAI 3218



Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (em reais mil)

I - BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

ATIVO	31/12/2021	31/12/2020	PASSIVO	31/12/2021	31/12/2020
Disponível (NE 3.1)	10	0	Exigível Operacional (NE 3.5.1)	1.237	10.263
Realizável (NE 3.2)	26.303	8.366	Gestão Previdencial	1	8
Gestão Previdencial	0	117	Gestão Administrativa	1.236	10.255
Gestão Administrativa	8	17	Patrimônio Social (NE 3.6)	25.129	116
Investimentos	26.295	8.232	Patrimônio de Cobertura do Plano	592	109
Fundos de Investimento	26.295	8.232	Provisões Matemáticas	592	109
Fundos de Investimento	26.295	8.232	Benefícios a Conceder	592	109
Permanente (NE 3.3)	53	2.013	Fundos	24.537	7
Imobilizado	53	42	Fundo Previdencial	4	0
Intangível	0	1.971	Fundo Administrativos	24.533	7
TOTAL DO ATIVO	26.366	10.379	TOTAL DO PASSIVO	26.366	10.379

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.



Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (em reais mil)

II - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL

DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020	variação %
A) Patrimônio Social - Início do Exercício	116	0	100
1. Adições	30.891	116	26.530
Contribuições	476	109	337
Portabilidade	17	0	100
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	2	0	100
Receitas Administrativas	30.210	8	377
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	186	0	100
2. Destinações	5.878	0	100
Resgates	5	0	100
Repasse de Prêmio de Riscos Terceirizados	1	0	100
Outras Destinações	2	0	100
Despesas Administrativas	5.870	0	100
3. Acréscimo/Decréscimo No Patrimônio Social (1+2)	25.013	116	21.463
Provisões Matemáticas	483	109	310
Fundos Previdenciais	4	0	100
Fundos Administrativos	24.526	7	350.271
B) Patrimônio Social - Final do Exercício (A+3+4)	25.129	116	21.563

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.



Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (em reais mil)

III - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020	variação %
A) Ativo Líquido - início do exercício	109	0	100
1. Adições	528	109	384
Contribuições	509	109	367
Portabilidade	17		100
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	2	0	100
2. Destinações	41	0	100
Resgates	5	0	100
Repasse de Prêmio de Riscos Terceirizados	1	0	100
Outras Destinações	2	0	100
Custeio Administrativo	33	0	100
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	487	109	347
Provisões Matemáticas	447	109	310
Fundos Previdenciais	40	0	100
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	596	109	447
C) Fundos não previdenciais*	24.526	0	100
Fundos Administrativos	24.526	0	100

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.



Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (em reais mil)

IV - DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020	variação %
1. Ativos	25.148	117	21.394
Disponível	10	0	100
Recebível	24.533	117	20.868
Investimento	605	0	100
Fundos de Investimento	605	0	100
2. Obrigações	19	8	100
Operacional	19	0	100
3. Fundos não Previdenciais	0	0	100
Fundos Administrativos	24.533	0	100
5. Ativo Líquido (1-2-3)	596	109	447
Provisões Matemáticas	592	109	443
Fundos Previdenciais	4	0	100

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.



Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (em reais mil)

V - DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (CONSOLIDADA)

DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020	variação %
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	7	0	100
1. Custeio da Gestão Administrativa	30.396	7	291.271
1.1. Receitas	30.396	7	434.129
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	30.210	7	431.471
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	186	0	100
2. Despesas Administrativas	5.870	0	100
2.1. Administração dos Planos Previdenciais	5.870	0	100
Pessoal e Encargos)	3.524	0	100
Treinamentos/Congressos e Seminários	11	0	100
Serviços de Terceiros	547	0	100
Despesas Gerais	216	0	100
Depreciações e Amortizações	11	0	100
Tributos	1.416	0	100
Outras despesas	145	0	100
6. Sobre/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)	24.526	7	350.271
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	24.526	7	350.271
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7)	24.533	7	350.271

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.



Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (em reais mil)

VII - DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020	variação%
Provisões Técnicas (1+3+4+5)	615	109	464,22
1. Provisões Matemáticas	592	109	443,12
1.2. Benefício a Conceder	592	109	443,12
Contribuição Definida	592	109	443,12
3. Fundos	4	0	100
3.1. Fundos Previdenciais	4	0	100
4. Exigível Operacional	19	0	100
4.1. Gestão Previdencial	19	0	100

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.



Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (em reais mil)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO ESTADO DE ALAGOAS- ALPREV É UMA ENTIDADE FECHADA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR, INSCRITA SOB O C.N.P.J. 35.029.962/0001-58 E CNPB 2020.0023-29, NOME DO **PLANO AL-PREVCOMP**, CONSTITUÍDA SOB A FORMA DE FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR DO ESTADO DE ALAGOAS N.º 44, DE 13 DE JULHO DE 2017, E NORMAS SUBSEQUENTES, AUTORIZADA A FUNCIONAR PELA SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, POR MEIO DA PORTARIA Nº 682 DE 13 DE OUTUBRO DE 2020, SEM FINS LUCRATIVOS, COM AUTONOMIA ADMINISTRATIVA E PERSONALIDADE JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO. São Patrocinadores da **ALPREVCOMP** O GOVERNO DE ESTADO DE ALAGOAS, Tribunal de Justiça de Alagoas, Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, Procuradoria Geral de Justiça do Estado de Alagoas e a Defensoria Pública Estadual de Alagoas.

NO REGULAMENTO DO PLANO DE BENEFÍCIOS APROVADO PELA PORTARIA PREVIC/DILIC Nº 682, EDITADA NO DIA 13 DE OUTUBRO DE 2020 E PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO NO DIA 15 DE OUTUBRO DE 2020, NA PARTE FINAL DO ART. 1º DA CITADA PORTARIA FOI EXPRESSAMENTE FIXADO “O **PRAZO DE 180 (CENTO E OITENTA) DIAS PARA QUE A ENTIDADE FECHADA COMUNIQUE O INÍCIO DE FUNCIONAMENTO DO PLANO À PREVIC.**”.

O FATO GERADOR PARA O INÍCIO DO FUNCIONAMENTO É O RECEBIMENTO DAS PRIMEIRAS CONTRIBUIÇÕES DE PARTICIPANTES E DO PATROCINADOR. ESSE EVENTO ACONTECEU NO **DIA 07 DE JANEIRO DE 2021**. OUTROSSIM, O INGRESSO DE PARTICIPANTES CONTABILMENTE ACONTECEU NO FINAL DE 2020, MOTIVO, PELO QUAL, EM DEZEMBRO DE 2020, FOI ABERTO UM BALANCETE PARA O PGA (PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA) E PB (PLANO DE BENEFÍCIO) ONDE AS CONTRIBUIÇÕES FORAM PROVISIONADAS.

A **ALPREVCOMP** TEM POR OBJETIVO EXECUTAR E ADMINISTRAR PLANOS DE BENEFÍCIOS DE NATUREZA PREVIDENCIÁRIA, MEDIANTE CONTRIBUIÇÃO DE PARTICIPANTES, DE PATROCINADORES OU DE AMBOS, DE ACORDO COM OS REGULAMENTOS E COM AS LEIS APLICÁVEIS. PODERÁ PROMOVER OUTROS PROGRAMAS PREVIDENCIÁRIOS, EM CARÁTER FACULTATIVO, MEDIANTE CONTRIBUIÇÃO ESPECÍFICA DOS MEMBROS INTERESSADOS, RESPEITADA A LEGISLAÇÃO VIGENTE. NENHUM BENEFÍCIO OU SERVIÇO PODERÁ SER CRIADO OU MAJORADO SEM QUE, EM CONTRAPARTIDA, SEJA PREVIAMENTE ESTABELECIDO A RESPECTIVA RECEITA DE COBERTURA.

PARA A CONSECUÇÃO DE SEUS OBJETIVOS, A ENTIDADE DISPÕE DE RECURSOS ORIUNDOS DAS CONTRIBUIÇÕES DE SEUS PARTICIPANTES, PATROCINADOR, RECURSOS FINANCEIROS OBJETO DE PORTABILIDADE, RECEPCIONADOS PELO PLANO, RESULTADOS DOS INVESTIMENTOS DOS BENS E VALORES PATRIMONIAIS E DOAÇÕES, SUBVENÇÕES, LEGADOS E RENDAS EXTRAORDINÁRIAS, NÃO PREVISTAS NOS ITENS PRECEDENTES, OBSERVADO O DISPOSTO NO § 3º DO ART. 202 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

O PLANO DE BENEFÍCIOS **AL-PREVCOMP**, POSSUÍA NA DATA BASE O SEGUINTE QUADRO DE PARTICIPANTES ATIVOS E ASSISTIDOS:



Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (em reais mil)

ITEM	2020	2021
Nº PARTICIPANTES ATIVOS	82	77
IDADE MÉDIA (ANOS)	32	32
CONTRIBUIÇÃO MÉDIA – PARTICIPANTE	R\$ 665,92	R\$ 481,57
CONTRIBUIÇÃO MÉDIA – PATROCINADOR	R\$ 665,92	R\$ 481,57
SALDO INDIVIDUAL MÉDIO - PARTICIPANTE	R\$ 665,92	R\$ 3.417,58
SALDO INDIVIDUAL MÉDIO - PATROCINADOR	R\$ 665,92	R\$ 3.197,28
REMUNERAÇÃO MÉDIA	R\$ 9.147,99	R\$ 9.347,88
FOLHA DE SALÁRIO MENSAL	R\$ 750.134,92	R\$ 719.786,67

O PLANO **AL-PREVCOMP** É ESTRUTURADO NA MODALIDADE DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA E TODOS OS BENEFÍCIOS OFERTADOS PELO PLANO SÃO OFERECIDOS NA MESMA FORMA. OS BENEFÍCIOS DE RISCO PRESENTES NO PLANO SÃO REALIZADOS POR MEIO DE CONTRATO JUNTO A SOCIEDADE SEGURADORA E O PECÚLIO EM DECORRÊNCIA DE SINISTRO É TRANSFORMADO EM RENDA FINANCEIRA DE FORMA CONDIZENTE COM A MODALIDADE DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA.

ENTIDADE É REGIDA POR ESTATUTO, PELO REGULAMENTO DO PLANO DE BENEFÍCIOS DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA (CD) POR ELA OPERADO, DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (PGA) E PELA LEGISLAÇÃO EM VIGOR.

ESSAS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS E POR PLANO SÃO APRESENTADAS EM REAL MIL, QUE É A MOEDA FUNCIONAL DA ENTIDADE.

2. APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ESTÃO SENDO APRESENTADAS EM ATENDIMENTO ÀS DISPOSIÇÕES LEGAIS DOS ÓRGÃOS NORMATIVOS E REGULADORES DAS ATIVIDADES DAS ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR, ESPECIFICAMENTE A RESOLUÇÃO CNPC Nº 43 DE 6 DE AGOSTO DE 2021 INSTRUÇÃO PREVIC Nº 31, DE 20 DE AGOSTO DE 2020, , ATUALIZADA PELA INSTRUÇÃO PREVIC Nº 44 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2021 E RESOLUÇÃO DO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE Nº 1.272, DE 22 DE JANEIRO DE 2010 E AS PRÁTICAS CONTÁBEIS BRASILEIRAS.

A **ALPREVCOMP** APRESENTA MENSALMENTE BALANCETES PELO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, PELO PLANO DE BENEFÍCIO E CONSOLIDADO, SEGREGANDO OS REGISTROS CONTÁBEIS DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIAIS ADMINISTRADOS PELA ENTIDADE, BEM COMO O PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, SEGUNDO A NATUREZA E A FINALIDADE DAS TRANSAÇÕES.

A DIRETORIA EXECUTIVA DA **ALPREVCOMP** AUTORIZOU O ENVIO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS AOS RESPECTIVOS CONSELHOS FISCAL E DELIBERATIVO NO DIA 16 DE MARÇO DE 2022.

A CONTABILIDADE DA **ALPREVCOMP** É ELABORADA RESPEITANDO A AUTONOMIA PATRIMONIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS DE FORMA A IDENTIFICAR, SEPARADAMENTE, O PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIAIS ADMINISTRADO PELA ENTIDADE, BEM COMO O PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, PARA ASSEGURAR UM CONJUNTO DE INFORMAÇÕES CONSISTENTES E TRANSPARENTES, COM OBJETIVO DE CARACTERIZAR AS ATIVIDADES DESTINADAS À REALIZAÇÃO DE FUNÇÕES PREDETERMINADAS.

GESTÃO PREVIDENCIAL: COMPREENDE A ATIVIDADE DE REGISTRO E DE CONTROLE DAS CONTRIBUIÇÕES, DOS BENEFÍCIOS E DOS INSTITUTOS PREVISTOS NO ART. 14 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 109, BEM COMO DO RESULTADO DO PLANO DE BENEFÍCIOS DE NATUREZA PREVIDENCIÁRIA.



Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (em reais mil)

GESTÃO ADMINISTRATIVA: COMPREENDE A ATIVIDADE DE REGISTRO E DE CONTROLE INERENTES À ADMINISTRAÇÃO DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS.

INVESTIMENTOS: COMPREENDE A ATIVIDADE DE REGISTRO E DE CONTROLE DAS APLICAÇÕES DOS RECURSOS DA ENTIDADE.

A **ALPREVCOMP** ADOTA MÉTODOS E CRITÉRIOS OBJETIVOS E UNIFORMES AO LONGO DO TEMPO, SENDO QUE AS MODIFICAÇÕES RELEVANTES DECORRENTES DA ALTERAÇÃO DO NORMATIVO CONTÁBIL ESTÃO EVIDENCIADAS EM NOTAS EXPLICATIVAS, COM A QUANTIFICAÇÃO DOS EFEITOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.

OS REGISTROS RELATIVOS A CONTRIBUIÇÕES DE PARTICIPANTES VINCULADOS AO PLANO DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA SÃO ESCRITURADOS COM BASE NO REGIME DE CAIXA, DE ACORDO COM O ART.10 PARÁGRAFO 2º DA RESOLUÇÃO CNPC Nº 43 DE 06 DE AGOSTO DE 2021.

TODOS OS DEMAIS LANÇAMENTOS CONTÁBEIS SÃO REGISTRADOS COM BASE NO PRINCÍPIO DA COMPETÊNCIA, SIGNIFICANDO QUE NA DETERMINAÇÃO DO RESULTADO SÃO COMPUTADAS AS RECEITAS, AS ADIÇÕES E AS VARIAÇÕES POSITIVAS AUFERIDAS NO MÊS, INDEPENDENTEMENTE DE SUA REALIZAÇÃO, BEM COMO AS DESPESAS, AS DEDUÇÕES E AS VARIAÇÕES NEGATIVAS, PAGAS OU INCORRIDAS NO MÊS CORRESPONDENTE.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

AS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS PELA **ALPREVCOMP**, PARA ELABORAÇÃO DE SUAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, SÃO AQUELAS ESTABELECIDAS PELO CONSELHO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – CNPC E PODEM SER RESUMIDAS COMO SEGUE:

A) AS RECEITAS E DESPESAS SÃO REGISTRADAS PELO REGIME DE COMPETÊNCIA;

B) OS RECURSOS GARANTIDORES DAS RESERVAS GERIDAS PELA ALPREVCOMP ESTÃO APLICADOS DE ACORDO COM O DISPOSTO NA RESOLUÇÃO DO CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL - CMN Nº. 4.661, DE 25 DE MAIO DE 2018, QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS GARANTIDORES DOS PLANOS ADMINISTRADOS PELAS ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR.

C) A CONTABILIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS É REALIZADA POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO, NO CASO, EM RENDA FIXA (FUNDO DE INVESTIMENTOS).

C.1) AS APLICAÇÕES EM RENDA FIXA (FUNDO DE INVESTIMENTOS), SÃO DEMONSTRADAS PELO VALOR NOMINAL DE AQUISIÇÃO, ACRESCIDAS DOS RENDIMENTOS, CALCULADOS COM BASE NA VALORIZAÇÃO DAS COTAS DOS FUNDOS DE INVESTIMENTOS;

D) NO EXIGÍVEL OPERACIONAL SÃO DEMONSTRADOS OS VALORES CONHECIDOS OU CALCULÁVEIS, ACRESCIDOS, QUANDO APLICÁVEL, DOS CORRESPONDENTES ENCARGOS E VARIAÇÕES MONETÁRIAS INCORRIDAS. SÃO REGISTRADAS AS OBRIGAÇÕES DECORRENTES DE PAGAMENTOS DE BENEFÍCIOS AOS PARTICIPANTES, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TERCEIROS, OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS, PROVISÕES DE FOLHA DE PAGAMENTO E RESPECTIVOS ENCARGOS, DENTRE OUTROS.

Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (em reais mil)

OS REGISTROS DAS OPERAÇÕES ADMINISTRATIVAS SÃO EFETUADOS POR MEIO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (PGA), QUE POSSUI PATRIMÔNIO PRÓPRIO SEGREGADO DO PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIAIS. O PATRIMÔNIO DO PGA É CONSTITUÍDO PELAS RECEITAS ADMINISTRATIVAS ORIGINÁRIAS DOS RESULTADOS DOS INVESTIMENTOS E PELA SUBVENÇÃO ECONOMICA FEITA PELO PATROCINADOR GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS¹, DEDUZIDAS DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO PREVIDENCIAL, SENDO AS SOBRES OU INSUFICIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS ALOCADAS OU REVERTIDAS AO FUNDO ADMINISTRATIVO.

¹ Arts.2º e 3º Lei Complementar do Estado de Alagoas, nº 54 de 2021.

E) PARA AS PROVISÕES MATEMÁTICAS O PLANO DE BENEFÍCIOS ADOTA REGIME FINANCEIRO E MÉTODOS DE FINANCIAMENTO EM CONSONÂNCIA COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE E ADEQUADOS AO PERFIL DA MASSA DE PARTICIPANTES ATIVOS E ASSISTIDOS, GUARDANDO RELAÇÃO DIRETA COM AS OBRIGAÇÕES E COMPROMISSOS ASSUMIDOS PELO PLANO.

A COMPROVAÇÃO DE ADEQUAÇÃO DAS HIPÓTESES BIOMÉTRICAS, DEMOGRÁFICAS, ECONÔMICAS E FINANCEIRAS ÀS CARACTERÍSTICAS DA MASSA DE PARTICIPANTES E ASSISTIDOS E DO PLANO DE BENEFÍCIOS DE CARÁTER PREVIDENCIÁRIO É EXIGIDA APENAS PARA OS PLANOS CUJOS BENEFÍCIOS TENHAM SEU VALOR OU NÍVEL PREVIAMENTE ESTABELECIDO E CUJO CUSTEIO SEJA DETERMINADO ATUARIAMENTE, DE FORMA A ASSEGURAR SUA CONCESSÃO E MANUTENÇÃO, BEM COMO PARA OS PLANOS QUE ADQUIRAM CARACTERÍSTICA DE BENEFÍCIO DEFINIDO NA FASE DE CONCESSÃO.

F) A ELABORAÇÃO DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, DE ACORDO COM AS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NO BRASIL, APLICÁVEIS ÀS ENTIDADES REGULADAS PELO CONSELHO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – CNPC REQUER QUE A ADMINISTRAÇÃO USE DE JULGAMENTO NA DETERMINAÇÃO E REGISTRO DE ESTIMATIVAS CONTÁBEIS. NA ENTIDADE NÃO HOUE MOVIMENTAÇÕES COM ESTAS CARACTERÍSTICAS NO PERÍODO CORRESPONDENTE A ESTA DEMONSTRAÇÃO.

G) RECLASSIFICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2020

Em virtude da alteração normativa vigente a partir de janeiro de 2021, implementada pela instrução previc nº 31, de 20 de agosto de 2020, atualizada pela instrução previc nº 44, de 23 de novembro de 2021, que dentre outros aspectos efetuou ajustes e adequações na planificação contábeis e demonstrações contábeis das entidades fechadas de previdência complementar, as demonstrações contábeis relativas ao exercício social de 2020 consolidadas e individualizadas dos planos previdenciais e de gestão administrativa serão ajustadas, para fins comparativos com o exercício social de 2021. sendo a entidade nova e com pouca movimentação não teve registro em em contas que precisassem ser reclassificadas nas demonstrações contábeis 2021.

De acordo com Instrução Previc nº 31 de 20 agosto de 2020, as Entidades Fechadas de Previdência Complementar apresentam os seguintes demonstrativos contábeis:



Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (em reais mil)

- **BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO COMPARATIVO**

É A DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL DESTINADA A EVIDENCIAR, QUALITATIVA E QUANTITATIVAMENTE, A POSIÇÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA DA ALPREVCOMP.

- **DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL (DMPS)**

NESTE DEMONSTRATIVO SÃO APRESENTADAS AS ADIÇÕES E AS REDUÇÕES OCORRIDAS NO PATRIMÔNIO SOCIAL, COM OS VALORES CONSOLIDADOS DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS E DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA.

- **DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS- DMAL**

Tem por finalidade demonstrar de forma individualizada as mutações sofridas pelo Ativo Líquido do plano de benefícios, ao final de cada exercício.

- **DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS - DAL**

Tem como finalidade evidenciar de forma individualizada os componentes patrimoniais do plano de benefícios, ao final de cada exercício.

- **Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT.**

Tem como finalidade evidenciar de forma individualizada a totalidade dos compromissos do plano de benefícios, ao final de cada exercício.

- **Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA;**

Tem como finalidade evidenciar de forma consolidada e individualizada (facultativa) a atividade administrativa da entidade, demonstrando as alterações do fundo administrativo, ao final de cada exercício.

Nesta demonstração são detalhadas as operações realizadas no plano de gestão administrativa como: custeio, despesas, resultados dos investimentos administrativos e constituições/reversões do fundo administrativo.

O Plano de Gestão Administrativa (PGA) tem como finalidade registrar todos os eventos contábeis da gestão administrativa da Entidade, de forma segregada dos balancetes do Plano de Benefícios Previdenciários, utilizando de balancetes próprios.

O artigo 6º da resolução cgpc nº 29, 31 de agosto de 2009, estabeleceu para as entidades sujeita a lei complementar nº 108, de 2001, os limites anuais de recursos destinados para cobertura das despesas administrativas, a escolha de um entre os seguintes limites:



Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (em reais mil)

Taxa de administração de até 1% - valor correspondente a este percentual incidente sobre o montante dos recursos garantidores dos planos de benefícios no último dia do exercício a que se referir; e

Taxa de Carregamento de até 9% (nove por cento) – valor correspondente a este percentual incidente sobre a soma das contribuições e dos benefícios dos planos no exercício a que se referir.

No caso da **alprevcomp**, após a aprovação do plano de custeio pelo conselho deliberativo da entidade na 22ª reunião do referido órgão de deliberação superior, com fundamento no art. 20 do regulamento do plano de benefícios, foram fixados os seguintes percentuais:

TIPO DE CUSTEIO	VALOR EQUIVALENTE	FONTE DE CUSTEIO	FONTES PAGADORAS
Taxa de Administração	0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) ao ano incidente sobre os Recursos Garantidores da Entidade (Conta 1.2.3 do Balancete do Plano).	Montante deduzido da rentabilidade do Plano .	Patrocinadoras, Participantes, Assistidos e Beneficiários.
Taxa de Carregamento	6,5% (seis inteiros e cinco décimos por cento) ao mês incidente sobre as contribuições do Participante Ativo Patrocinado, 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) ao mês incidente sobre as contribuições do Participante Ativo Facultativo e 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) ao mês incidente sobre as contribuições Adicionais e Facultativa.	Montante calculado ou deduzido mensalmente, conforme o caso, das contribuições e aportes dos Participantes e Patrocinadoras, bem como dos benefícios dos Assistidos e Beneficiários.	Patrocinadoras, Participantes, Assistidos e Beneficiários.
Pró-labore Seguradora	10% (dez por cento) sobre a fatura do Risco – Referente as coberturas de Morte e Invalidez e de Prestação de Serviço de Comercialização, firmado com a MAG Seguros.	Aportado pela Seguradora.	Seguradora.
Fundo Administrativo	Utilização de recursos do Fundo Administrativo constituído.	Fundo Administrativo	Fundo administrativo constituído com aporte Patronal.
Multa	2% (dois por cento) incidência sobre o valor corrigido das contribuições em atraso.	Montante arrecadado das contribuições pagas em atraso.	Patrocinadoras e Participantes.

3.1 DISPONÍVEL

A DENOMINAÇÃO DISPONÍVEL É USADA PARA DESIGNAR DINHEIRO EM CAIXA E EM BANCOS, BEM COMO CHEQUES EM TESOURARIA E NUMERÁRIOS EM TRÂNSITO, EM 31 DE DEZEMBRO APRESENTA OS SEGUINTE SALDOS:

DESCRIÇÃO	2021	2020
BANCOS	10	0
CAIXA ECONÔMICA	10	0
TOTAL DISPONÍVEL	10	0

DS
MADS



Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (em reais mil)

3.2 REALIZÁVEL

3.2.1 GESTÃO PREVIDENCIAL

O REALIZÁVEL PREVIDENCIAL É APURADO EM CONFORMIDADE COM O REGIME DE COMPETÊNCIA, ESTANDO REPRESENTADO PELOS RECURSOS A RECEBER DA ENTIDADE, RELATIVOS ÀS CONTRIBUIÇÕES DAS PATROCINADORAS E DOS PARTICIPANTES, ADIANTAMENTOS E OUTROS.

DESCRIÇÃO	2021	2020
REALIZÁVEL	0	117

3.2.2 GESTÃO ADMINISTRATIVA

DESCRIÇÃO	2021	2020
CONTRIBUIÇÕES PARA CUSTEIO	0	8
TRIBUTOS A COMPENSAR	8	9
GESTÃO ADMINISTRATIVA	8	17

3.2.3 INVESTIMENTOS

EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NA RESOLUÇÃO CMN Nº 4.661 DE 25 DE MAIO DE 2018 E A POLÍTICA DE INVESTIMENTOS DA ENTIDADE, TODOS OS RECURSOS DA **ALPREVCOMP** SÃO INVESTIDOS EM COTAS DE FUNDO DE INVESTIMENTO SOBERANOS DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E REGISTRADOS A VALOR DE MERCADO.

DESCRIÇÃO	2021	2020
PLANO DE GESTÃO PREVIDENCIAL		
FUNDOS DE INVESTIMENTO - MULTIMERCADO	605	-
PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA		
FUNDOS DE INVESTIMENTO - MULTIMERCADO	25.690	8.232
TOTAL REALIZÁVEL INVESTIMENTOS	26.295	8.232

3.3 PERMANENTE – IMOBILIZADO

O ATIVO IMOBILIZADO ESTÁ REGISTRADO PELO CUSTO DE AQUISIÇÃO E AS DEPRECIÇÕES SÃO CALCULADAS PELO MÉTODO LINEAR.

DESCRIÇÃO (TAXA)	2021	AQUISIÇÕES	DEPRECIÇÕES	2020
IMOBILIZADO	53	21	-10	42
MÓVEIS E UTENSÍLIOS (10%)	13	14	-1	0
COMPUTADORES (20%)	40	7	-9	42
INTANGÍVEL (**)	0			1.971
TOTAL DO ATIVO PERMANENTE	53			2.013



Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (em reais mil)

(**) Vide nota 3.5.3.1

3.4 EXIGÍVEL OPERACIONAL

3.4.1 GESTÃO PREVIDENCIAL

REGISTRA OS BENEFÍCIOS A PAGAR, AS RETENÇÕES A RECOLHER INCIDENTES SOBRE ESTES E OS REPASSES A TÍTULO DE COBERTURA PARA CUSTEIO DOS BENEFÍCIOS DE RISCO CONTRATADOS.

EM 31 DE DEZEMBRO APRESENTA OS SEGUINTE SALDOS:

DESCRIÇÃO	2021	2020
RECURSOS ADM. DO PLANO	0	8
VALORES A REPASSAR RISCO TERCEIRIZADO	1	0
TOTAL EXIGÍVEL GESTÃO PREVIDENCIAL	1	8

3.4.2 GESTÃO ADMINISTRATIVA

REGISTRA OS COMPROMISSOS A PAGAR ASSUMIDOS PELA ENTIDADE, RELATIVO A TRIBUTOS, FORNECEDORES E RETENÇÕES A RECOLHER.

EM 31 DE DEZEMBRO APRESENTA OS SEGUINTE VALORES:

DESCRIÇÃO	2021	2020
SALÁRIOS E ENCARGOS	259	186
FORNECEDORES	41	0
TRIBUTOS A RECOLHER	2	0
RETENÇÕES A RECOLHER	934	0
APORTE ADMINISTRATIVO(***)	0	10.069
TOTAL EXIGÍVEL GESTÃO ADMINISTRATIVA	1.236	10.255

(***)VIDE NOTA 3.5.3.1



Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (em reais mil)

3.5 PATRIMÔNIO SOCIAL

3.5.1 PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO

REGISTRA O VALOR DAS PROVISÕES ATUARIAIS QUE CORRESPONDE AO SOMATÓRIO DAS CONTAS INDIVIDUAIS DOS PARTICIPANTES DO PLANO DE BENEFÍCIOS AL-PREVCOMP.

AS PROVISÕES MATEMÁTICAS SÃO CALCULADAS DE FORMA FINANCEIRA, CONSIDERANDO A RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS E AS CARACTERÍSTICAS DO REGULAMENTO DO PLANO DE BENEFÍCIO, QUE INCLUI OS COMPROMISSOS ASSUMIDOS COM OS PARTICIPANTES.

OS ESTUDOS ATUARIAIS DO PLANO DE PREVIDÊNCIA SÃO CONDUZIDOS PELO ATUÁRIO, QUE ASSINA A RESPECTIVA NOTA TÉCNICA ATUARIAL E É O ÚNICO RESPONSÁVEL PELOS CÁLCULOS E ESTUDOS ATUARIAIS, SEJA PERANTE A MASSA DE PARTICIPANTES, OS ÓRGÃOS PÚBLICOS E A PRÓPRIA ALPREVCOMP.

O VALOR DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS DO PLANO, ESTÁ EVIDENCIADO NO QUADRO DO ITEM 7- PROVISÕES MATEMÁTICAS DO PARECER ATUARIAL DO ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2021 E APRESENTA EM 31 DE DEZEMBRO OS SEGUINTE VALORES:

CONTA	DESCRIÇÃO	2021	2020
2.03	PATRIMÔNIO SOCIAL	25.129	116
2.03.01	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	592	109
2.03.01.01	PROVISÕES MATEMÁTICAS	592	109
2.03.01.01.02	BENEFÍCIOS A CONCEDER	592	109
2.03.01.01.02.01	CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA	592	109
	SALDO DE CONTAS –		
2.03.01.01.02.01.01	PATROCINADOR(ES)/INSTITUIDOR(ES)	287	54
2.03.01.01.02.01.02	SALDO DE CONTAS – PARTICIPANTES	305	55
2.030.2	FUNDOS	24.537	7
2.03.02.01	FUNDOS PREVIDENCIAIS	4	0
2.03.02.02	FUNDOS ADMINISTRATIVOS	24.533	7

CONFORME DETERMINA O ARTIGO 22 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 109, DE 29 DE MAIO DE 2001, FORAM REALIZADAS AVALIAÇÕES ATUARIAIS EM TODOS OS PLANOS DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIAIS, POR PESSOAS JURÍDICAS LEGALMENTE HABILITADAS E OS RESULTADOS ESTÃO CONTABILIZADOS NO BALANÇO PATRIMONIAL.

O REGIME FINANCEIRO PARA FINANCIAMENTO DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS DEFINIDOS É O DE CAPITALIZAÇÃO.



Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (em reais mil)

APRESENTA-SE A SEGUIR, A DESCRIÇÃO DAS RUBRICAS QUE COMPÕEM AS PROVISÕES MATEMÁTICAS:

BENEFÍCIOS CONCEDIDOS

BENEFÍCIOS CONCEDIDOS REPRESENTAM A TOTALIDADE DOS RECURSOS EFETIVAMENTE ACUMULADOS PELOS ASSISTIDOS EM GOZO DE BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA.

BENEFÍCIOS A CONCEDER

BENEFÍCIOS A CONCEDER REPRESENTAM A TOTALIDADE DOS RECURSOS EFETIVAMENTE ACUMULADOS PELOS PARTICIPANTES, QUE NÃO ESTEJAM EM GOZO DE BENEFÍCIOS, REFERENTES AO SALDO ATUAL DE SUAS CONTRIBUIÇÕES.

AS PROVISÕES MATEMÁTICAS SÃO DETERMINADAS PELA ATUÁRIO INDEPENDENTE, ARTHUR DE ARAÚJO GODINHO LUZIA, MIBA nº 2.353, CONTRATADO PELA ENTIDADE. OS VALORES REGISTRADOS NESTAS RUBRICAS CONSTAM DA DEMONSTRAÇÃO ATUARIAL (DA) E PARECER ELABORADO PELA ATUÁRIO E ENCONTRA-SE EM CONSONÂNCIA COM A PLANIFICAÇÃO CONTÁBIL ATUALMENTE EM VIGOR.

PREMISSAS ATUARIAS

PARA A AVALIAÇÃO ATUARIAL FORAM UTILIZADAS AS SEGUINTE HIPÓTESES ECONÔMICAS E ATUARIAIS:

	2021
A. ECONÔMICAS	
TAXA REAL DE JUROS	3,26% A.A
B. BIOMÉTRICAS	
TÁBUA DE MORTALIDADE GERAL	AT-2000 – F SUAV 10%
TÁBUA DE MORTALIDADE DE INVÁLIDOS	AT-2000 – F SUAV 10%

POR SE TRATAR DE UM PLANO ESTRUTURADO NA MODALIDADE DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA (CD), VALE RESSALTAR QUE AS HIPÓTESES ATUARIAIS NÃO SÃO UTILIZADAS PARA APURAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DO PLANO DE BENEFÍCIOS JUNTO A SEUS PARTICIPANTES, MAS SIM PARA O CÁLCULO DAS RENDAS MENSAS. OU SEJA, AS HIPÓTESES SÃO UTILIZADAS PARA SE APURAR O VALOR DO BENEFÍCIO MENSAL, QUANDO DE SUA CONCESSÃO E EM SEU RECÁLCULO ANUAL.

A SITUAÇÃO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS AL-PREVCOMP, ADMINISTRADO PELA ALPREVCOMP, AVALIADO EM FUNÇÃO DOS REGIMES FINANCEIROS, MÉTODOS DE FINANCIAMENTO ATUARIAL E HIPÓTESES ATUARIAIS ANTERIORMENTE DESCRITOS, APRESENTOU EM 31/12/2021 RESULTADO DE EQUILÍBRIO TÉCNICO.

DS
MADS



Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (em reais mil)

POR SE TRATAR DE PLANO ESTRUTURADO NA MODALIDADE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA, TANTO NA FASE DE CAPITALIZAÇÃO COMO NA FASE DE PERCEPÇÃO DOS BENEFÍCIOS, A OBRIGAÇÃO DO PLANO PARA COM OS SEUS PARTICIPANTES LIMITA-SE AO SALDO DE CONTA INDIVIDUAL, CONFORME FORMULAÇÃO CONSTANTE EM NOTA TÉCNICA ATUARIAL VIGENTE, JUSTIFICANDO ASSIM TAL EQUILÍBRIO TÉCNICO.

3.5.2 FUNDOS PREVIDENCIAIS

A FORMAÇÃO DE FUNDO PREVIDENCIAL FOI CONSTITUÍDO NESSE EXERCÍCIO POIS HOUVE RESGATE DE PARTICIPANTES CONFORME PREVISÃO NO REGULAMENTO:

"ART. 53. OS RECURSOS REMANESCENTES VERIFICADOS NA CONTA DE PATROCINADOR, OS QUAIS, NAS SITUAÇÕES PREVISTAS NESTE REGULAMENTO, NÃO SEJAM UTILIZADOS PARA O PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS, DE PORTABILIDADE OU DE RESGATE, SERÃO DESTINADOS À CONSTITUIÇÃO DE UM FUNDO PREVIDENCIAL E SERÁ UTILIZADO PELO PATROCINADOR COMO FONTE DE RECURSOS PARA APORTE FUTURO DA RESPECTIVA CONTRIBUIÇÃO BÁSICA OU CONTRIBUIÇÃO DE RISCO, CONFORME DEFINIDO PELO ÓRGÃO ESTATUTÁRIO COMPETENTE DA ENTIDADE."

FUNDOS PREVIDENCIAIS	4	0
REVERSÃO DE SALDO POR EXIGÊNCIA REGULAMENTAR	4	0

3.5.3. FUNDO ADMINISTRATIVO

REGISTRA O FUNDO CONSTITUÍDO COM A DIFERENÇA POSITIVA APURADA ENTRE AS RECEITAS E DESPESAS DA GESTÃO ADMINISTRATIVA.

EM 31 DE DEZEMBRO APRESENTA OS SEGUINTE VALORES:

	2021
FUNDOS ADMINISTRATIVOS	24.533
PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	24.533



Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (em reais mil)

3.5.3.1 HISTÓRICO DA COMPOSIÇÃO DO FUNDO ADMINISTRATIVO

EM 08/11/2019, NO INÍCIO DO FUNCIONAMENTO DA ENTIDADE COMO ESTAVAM SENDO CRIADOS OS PLANOS DE BENEFÍCIOS FORAM APORTADOS PELO PATROCINADOR OS VALORES DE R\$ 2.000.000,00 (NO ANO 2019) E R\$ 8.000.000,00 (NO ANO 2020) PARA MANUTENÇÃO DAS OPERAÇÕES ADMINISTRATIVAS DA ENTIDADE, QUE FORAM REGISTRADOS CONTABILMENTE, COM SUAS ATUALIZAÇÕES, COMO COMPROMISSO COM A MANTENEDORA.

COMPOSIÇÃO APORTE PATROCINADORA SALDO 31/07/2021				
DESCRIÇÃO	2019	2020	2021 até julho	TOTAL
COMPROMISSO COM A MANTENEDORA	2.010.1701	8.058.748	107.064	10.175.983
Total Geral	2.010.171	8.058.748	107.064	10.175.983

COMO NÃO HAVIA À ÉPOCA RECEITA PARA O CUSTEIO ADMINISTRATIVO, FOI DECIDIDO, QUE TODAS AS DESPESAS ADMINISTRATIVAS SERIAM REGISTRADAS CONTÁBILMENTE NO GRUPO INTANGÍVEL, CONFORME PREVISTO NA LEGISLAÇÃO VIGENTE.

COMPOSIÇÃO ATIVO INTANGÍVEL SALDO EM 31/07/2021				
DESCRIÇÃO	2019	2020	2021 até julho	TOTAL
Pessoal e Encargos	361.103,24	1.471.252,29	957.317,66	2.789.673,19
Congressos e Treinamentos	0,00	2.530,00	4.195,00	6.725,00
Serviços de Terceiros	389,85	5.580,65	325.905,70	331.876,20
Despesas Gerais	2.523,91	94.404,90	66.536,41	163.465,22
Depreciação	0,00	0,00	6.189,78	6.189,78
Tributos	0,00	353,04	1.799,59	2.152,63
Outras Despesas	0,00	32.847,75	60.091,24	92.938,99
Total Geral	364.017,00	1.606.968,63	1.422.035,38	3.393.021,01

ESTE PROCEDIMENTO SE MANTEVE ATÉ AGOSTO/2021 QUANDO ENTROU EM VIGOR A LEI COMPLEMENTAR N 54/2021 QUE AUTORIZOU A CONVERSÃO DOS VALORES REPASSADOS PELO PATROCINADOR NOS ANOS 2019 E 2020 COMO SUBVENÇÃO ECONÔMICA, DOTAÇÃO INICIAL, ESSA APROVAÇÃO PERMITIU A TRANSFERÊNCIA INTEGRAL DOS VALORES REFERENTES AO APORTE INICIAL E SUAS ATUALIZAÇÕES, PARA CONTAS DE RECEITAS DO PGA E DO ATIVO INTANGÍVEL PARA CONTAS DE DESPESAS DO PGA, COM ESTE MOVIMENTO A ENTIDADE PASSOU A CONSTITUIR FUNDO ADMINISTRATIVO PARA COBERTURA DE DESPESAS ADMINISTRATIVAS A SEREM REALIZADAS PELA EFPC NA GESTÃO DOS SEUS PLANOS DE BENEFÍCIOS.

Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (em reais mil)

ADICIONALMENTE, A LEGISLAÇÃO PERMITIU QUE O PATROCINADOR REALIZASSE OUTRA PARCELA DA DOTAÇÃO INICIAL NO VALOR DE R\$ 20.000.000,00, EFETUADA EM 23/12/2021, QUE TAMBÉM CONSTITUIU FUNDO ADMINISTRATIVO.

RECEITA	TRANSFERÊNCIA DO APORTE PATROCINADORA EM JUL/2021	APORTE PATROCINADORA EM DEZ/2021	RECEITAS ANO 2021	TOTAL RECEITAS ANO 2021
APORTE/RECEITA	10.175.983	20.000.000	33.979	30.209.962
Total Geral	10.175.983	20.000.000	33.979	30.209.962

DESPESAS	TRANSFERÊNCIA DO INTANGÍVEL JUL/2021	DESPESAS DE AGO A DEZ/2021	TOTAL DESPESAS ANO 2021
Pessoal e Encargos	2.661.733,51	862.744,50	3.524.478,01
4.02.01.01.01.01 - Remuneração - Conselho Deliberativo	401.808,33	78.853,32	480.661,65
4.02.01.01.01.02.01 - Remuneração - Conselho Fiscal	208.466,28	50.691,42	259.157,70
4.02.01.01.02.01.01 - Remuneração - Dirigentes	688.695,10	211.332,48	900.027,58
4.02.01.01.03.01 - Remuneração - Pessoal Próprio	564.713,83	102.034,68	666.748,51
4.02.01.01.03.05 - FGTS	114.946,20	31.868,05	146.814,25
4.02.01.01.03.06 - INSS	376.576,96	103.697,49	480.274,45
4.02.01.01.03.09 - Provisão 13º Salário	63.316,06	63.455,75	126.771,81
4.02.01.01.03.10 - Provisão de Férias	94.609,68	181.262,88	275.872,56
4.02.01.01.03.12 - Vale Alimentação	148.601,07	39.548,43	188.149,50
Congressos e Treinamentos	6.725,00	4.329,00	11.054,00
4.02.01.02.02 - Cursos e Treinamentos de Capacitação	6.725,00	4.329,00	11.054,00
Serviços de Terceiros	331.876,20	215.281,97	547.158,17
4.02.01.04.05 - Tecnologia da Informação	6.598,28	0,00	6.598,28
4.02.01.04.07 - Auditoria Contábil	16.000,00	0,00	16.000,00
4.02.01.04.99.01 - Serviços Administrativos	900,00	0,00	900,00
4.02.01.04.99.02 - Administração Passivo	287.500,02	208.333,35	495.833,37
4.02.01.04.99.04 - Despesas Bancárias	5.437,57	-279,03	5.158,54
4.02.01.04.99.05 - Publicidade e Propaganda	15.440,33	7.227,65	22.667,98
Despesas Gerais	163.465,22	52.894,19	216.359,41
4.02.01.05.02 - Associações de Classe	1.841,10	1.104,66	2.945,76
4.02.01.05.05 - Aluguel e Condomínio	139.145,13	42.335,90	181.481,03
4.02.01.05.06 - Correios e Encomendas	153,35	0,00	153,35
4.02.01.05.07 - Energia Elétrica	6.558,33	3.556,74	10.115,07
4.02.01.05.10 - Internet	3.003,93	741,85	3.745,78
4.02.01.05.12 - Juros Mora/Multa	2.562,37	0,00	2.562,37
4.02.01.05.14 - Limpeza e Conservação	1.506,73	1.300,00	2.806,73
4.02.01.05.16 - Material de Consumo	0,00	1.719,55	1.719,55
4.02.01.05.17 - Material de Expediente	745,28	0,00	745,28
4.02.01.05.21 - Telefonia	0,00	160,49	160,49
4.02.01.05.35 - Certificadora	1.629,00	0,00	1.629,00
4.02.01.05.37 - Locação	6.320,00	1.975,00	8.295,00



Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (em reais mil)

Depreciação	6.189,78	4.786,20	10.975,98
4.02.01.06.01.01 - Móveis e Utensílios	770,94	609,65	1.380,59
4.02.01.06.01.04 - Equipamentos de Informática	5.418,84	4.176,55	9.595,39
Tributos	2.152,63	1.413.569,27	1.415.721,90
4.02.01.07.01 - Pis	164,18	197.460,31	197.624,49
4.02.01.07.02 - Cofins	1.010,40	1.215.140,34	1.216.150,74
4.02.01.07.04 - Taxas e Tributos Municipais	978,05	968,62	1.946,67
Outras Despesas	92.938,99	52.256,61	145.195,60
4.02.01.98.01 - Reversão de Receita Exercício Anterior	0,00	168,20	168,20
4.02.01.98.02 - Restituição Termo de Cooperação - Estado de Alagoas	92.938,99	52.088,41	145.027,40
Total Geral	3.265.081,33	2.605.861,74	5.870.943,07

OBS: Os valores R\$ 127.939,68 foram transferidos do Intangível p/ cota de Provisões férias/13º salário

APÓS AS TRANFERÊNCIAS REALIZADAS DE ACORDO COM A LEI COMPLEMENTAR Nº 54 O FUNDO ADMINISTRATIVO EM 31/12/2021 APRESENTA A SEGUINTE COMPOSIÇÃO:

COMPOSIÇÃO DO FUNDO ADMINISTRATIVO 2021

DESCRIÇÃO	ACUMULADO
SALDO ANTERIOR DO FUNDO ADMINISTRATIVO	7.592,16
RECEITAS ADMINISTRATIVAS	30.209.962,28
PATROCINADORES	16.477,51
PARTICIPANTES	16.477,51
CUSTEIO ADM DE INVESTIMENTOS	628,51
RECEITA PROVENIENTE DE SEGURADORA	137,61
DOTAÇÃO INICIAL PATROCINADORA	30.175.983,35
OUTRAS RECEITAS	257,79
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	5.870.943,07
PESSOAL E ENCARGOS	3.524.478,01
TREINAMENTOS/CONGRESSOS E SEMINÁRIOS	11.054,00
SERVIÇOS DE TERCEIROS	547.158,17
DESPESAS GERAIS	216.359,41
DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES	10.975,98
TRIBUTOS	1.415.721,90
OUTRAS DESPESAS	145.195,60
SALDO (RECEITAS - DESPESAS)	24.339.019,21
FLUXO POSIIVO DOS INVESTIMENTOS	186.300,55
CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO FUNDO ADMINISTRATIVO	24.525.319,76
SALDO DO FUNDO ADMINISTRATIVO	24.532.911,92

3.6 APRESENTAÇÃO DOS EFEITOS DA CONSOLIDAÇÃO

DE ACORDO COM O ITEM 28 DO ANEXO "A" DA INSTRUÇÃO Previc Nº 31 DE 20/08/2020 E SUAS ALTERAÇÕES, OS AJUSTES NECESSÁRIOS À CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E BALANCETES DEVEM SER

DS
MADS



Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (em reais mil)

REGISTRADOS EM DOCUMENTOS AUXILIARES. O QUADRO A SEGUIR APRESENTA AS CONTAS CONTÁBEIS UTILIZADAS E OS RESPECTIVOS VALORES RELATIVOS À CONSOLIDAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020:

CÓDIGO	CONTA	2021	2020
1.02.02.01	CONTAS A RECEBER	10	0
1.02.02.03	PARTICIPAÇÃO NO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	24.533	7
1.02.02.99	OUTROS REALIZÁVEIS	7	0
2.01.01.06	VALORES A REPASSAR AO PGA	10	0
2.01.01.99	OUTRAS EXIGIBILIDADES	7	0
2.03.02.02	PARTICIPAÇÃO NO FUNDO ADMINISTRATIVO DO PGA	24.533	7

3.7 RESULTADO DAS OPERAÇÕES

a) GESTÃO PREVIDENCIAL

O RESULTADO DO PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIAIS NO EXERCÍCIO É FORMADO PELAS ADIÇÕES, SUBTRAÍDAS AS DEDUÇÕES POR PAGAMENTOS DE BENEFÍCIOS ACRESCIDAS OU DEDUZIDAS DO FLUXO DE INVESTIMENTOS, DA COBERTURA DE DESPESAS ADMINISTRATIVAS E DA CONSTITUIÇÃO DE PROVISÕES MATEMÁTICAS.

CÁLCULO DA TAXA DE JUROS ATUARIAL PARA O EXERCÍCIO

POR SE TRATAR DE PLANO DE BENEFÍCIOS ESTRUTURADO NA MODALIDADE DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA, A ADOÇÃO DA TAXA DE JUROS REAL ANUAL NÃO RESULTA EM IMPACTO NA FORMAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS, CONSTITUÍDAS EXCLUSIVAMENTE DOS SALDOS DE CONTAS DOS PARTICIPANTES.

NESTE SENTIDO, A TAXA DE JUROS PARÂMETRO, OBSERVANDO A ESTRUTURA A TERMO DE TAXA DE JUROS MÉDIA, SEGUNDO A PORTARIA PREVIC Nº 228/2021, É DE 4,66% AO ANO, SENDO O LIMITE INFERIOR DE 3,26% AO ANO E O LIMITE SUPERIOR DE 5,06% AO ANO. A ENTIDADE OPTOU PELA ADOÇÃO DA TAXA REAL ANUAL DE JUROS DE 3,26% A.A., QUE É A MÍNIMA ACEITÁVEL NO INTERVALO LEGAL.

A POLÍTICA DE INVESTIMENTO APROVADA PARA O ANO DE 2021 APRESENTA QUE, OS OBJETIVOS DE RENTABILIDADE DEVEM SER FIXADOS SEMPRE TENDO EM VISTA O ENTENDIMENTO DE QUE A META ESTRATÉGICA DAS ENTIDADES DE PREVIDÊNCIA É GARANTIR, NO LONGO PRAZO, O PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS AOS PARTICIPANTES E ASSISTIDOS.

DS
MADS



Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (em reais mil)

b) PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

O CUSTEIO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS DA ALPREVCOMP TEVE COMO FONTES DE RECURSOS, VALORES CORRESPONDENTES A TAXA DE CARREGAMENTO INCIDENTE SOBRE AS CONTRIBUIÇÕES EM ATRASO DOS PARTICIPANTES, RECEITAS DECORRENTES DO REBATE DE TAXA DE COMISSÃO PELA VENDA DE PLANO DE COBERTURA DE BENEFÍCIOS DE RISCO, RENDIMENTO DAS APLICAÇÕES DOS RECURSOS DO FUNDO E A REVERSÃO DO FUNDO ADMINISTRATIVO.

AS DESPESAS NECESSÁRIAS À ADMINISTRAÇÃO DA ENTIDADE SÃO REGISTRADAS PELO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DE ACORDO COM A NATUREZA, E O CRITÉRIO UTILIZADO PARA O CUSTEIO ADMINISTRATIVO É O CUSTEIO DIRETO ATRAVÉS DE RATEIO ENTRE OS PROGRAMAS. SÃO UTILIZADOS CRITÉRIOS UNIFORMES DE RATEIO, DESCRITOS EM CONTROLES AUXILIARES.

c) FLUXO DE INVESTIMENTOS

O RESULTADO DOS INVESTIMENTOS FORMADO PELAS VARIAÇÕES POSITIVAS, SUBTRAÍDAS DAS VARIAÇÕES NEGATIVAS É TRANSFERIDO PARA AS GESTÕES PREVIDENCIAL E ADMINISTRATIVA NA PROPORÇÃO DOS SEUS RECURSOS GARANTIDORES INVESTIDOS.

4. EVENTOS SUBSEQUENTES

A RESOLUÇÃO CNPC Nº 46 DE 1º OUTUBRO DE 2021 ESTABELECE QUE AS EFPC DEVEM INSCREVER, CADA PLANO DE BENEFÍCIOS QUE ADMINISTRA, BEM COMO O PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – PGA, NO CADASTRO NACIONAL DE PESSOA JURÍDICA – CNPJ, CONFORME REGULAMENTAÇÃO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL. ATUALMENTE, OS PLANOS DE BENEFÍCIOS SÃO INSCRITOS EM CNPB PARA CONTROLE DA PREVIC, PORTANTO, COM ESTA DETERMINAÇÃO ESSES MESMOS PLANOS PASSARÃO A POSSUIR CNPJ PARA CONTROLE DA RECEITA FEDERAL. O PRAZO PARA A OPERACIONALIZAÇÃO, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO, SE ENCERRA NO MÊS DEZEMBRO DE 2022.

MACEIÓ/AL, 31 DE DEZEMBRO DE 2021.

DIRETOR PRESIDENTE

CARLOS GUIMARÃES TRINDADE NETO

CPF: 908.273.925-91

DIRETORA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

BRUNA FREIRE DA ROCHA FIGUEIRÊDO

CPF: 038.127.204-42

DocuSigned by:

Marta Almeida da Silva

490A6D0B1BDC43B...
CONTADORA

MARTA ALMEIDA DA SILVA

CRC:RJ-075023/O-5

CPF: 722.624.607-44